

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

ATA DA 1ª SESSÃO SOLENE, EM 19 DE MARÇO DE 2019 - TERÇA-FEIRA
PRESIDÊNCIA DOS MINISTROS Dr. JOSÉ COÊLHO FERREIRA e Alte Esq MARCUS VINICIUS OLIVEIRA DOS SANTOS

Presentes os Ministros Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha, William de Oliveira Barros, Alvaro Luiz Pinto, Artur Vidigal de Oliveira, Luis Carlos Gomes Mattos, Lúcio Mário de Barros Góes, José Barroso Filho, Odilson Sampaio Benzi, Carlos Augusto de Sousa, Francisco Joseli Parente Camelo, Marco Antônio de Farias, Péricles Aurélio Lima de Queiroz e Carlos Vuyk de Aquino.

Presente o Procurador-Geral da Justiça Militar, Dr. Jaime de Cássio Miranda.

Presente a Secretária do Tribunal Pleno, Sonja Christian Wriedt.

Às 15h30, o Exmo. Sr. Ministro Presidente, Dr. JOSÉ COÊLHO FERREIRA, na forma do art. 84, inciso I, do RISTM, declarou aberta a **Sessão Solene de posse destinada a investir nos cargos de Presidente e Vice-Presidente do Superior Tribunal Militar, respectivamente, os Excelentíssimos Senhores Ministros Alte Esq MARCUS VINICIUS OLIVEIRA DOS SANTOS e Dr. JOSÉ BARROSO FILHO.**

Tiveram assento à Mesa de honra o Excelentíssimo Senhor General de Exército Antônio Hamilton Martins Mourão, Presidente da República Federativa do Brasil, em exercício; o Excelentíssimo Senhor Ministro Doutor João Otávio de Noronha, Presidente do Superior Tribunal de Justiça; a Excelentíssima Senhora Doutora Raquel Elias Ferreira Dodge, Procuradora-Geral da República e o Excelentíssimo Senhor Doutor Jaime de Cássio Miranda, Procurador-Geral da Justiça Militar.

Presentes à cerimônia o Exmo. Sr. Ministro Dr. João Batista Brito Pereira, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho; o Exmo. Sr. Dr. Paulo Roberto Bauer, neste ato representando o Ministro de Estado Chefe da Casa Civil; o Exmo. Sr. Gen Ex Fernando Azevedo e Silva, Ministro de Estado da Defesa; o Exmo. Sr. Alte Esq Bento Costa Lima de Albuquerque Junior, Ministro de Estado de Minas e Energia; o Exmo. Sr. General de Divisão Roberto Ramos, neste ato representando o Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República; o Exmo. Sr. Contra-Almirante Alexandre Araújo Mota, neste ato representando o Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República; o Exmo. Sr. Dr. Renato de Lima França, neste ato representando o Advogado-Geral da União; o Exmo. Sr. Ministro Dr. José Múcio Monteiro Filho, Presidente do Tribunal de Contas da União; o Exmo. Sr. Dr. Afonso Carlos Roberto do Prado, neste ato representando o Defensor Público-Geral da União; o Exmo. Sr. Dr. Elmar Novacki, neste ato representando o Governador do Distrito Federal; a Exma. Sra. Primeira Vice-Presidente Dra. Sandra de Santis Mendes de Farias Mello, neste ato representando o Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios; o Exmo. Sr. Dr. Humberto Eustáquio Martins, Corregedor Nacional de Justiça e Ministro do Superior Tribunal de Justiça; os Exmos. Srs. Ministros do Superior Tribunal Militar, de hoje e de sempre; o Exmo. Sr. Dr. Wilson José Witzel, Governador do Estado do Rio de Janeiro; Srs. Drs. Sérgio Olímpio Gomes, Luís Eduardo Grangeiro Girão e Marcos Rogério da Silva Brito, Senadores da República; os Exmos. Srs. Drs. José Saraiva Felipe, Luiz Gonzaga Ribeiro, Mauro Ribeiro Lopes, Roberto Sebastião Peternelli Junior, Vitor Hugo de Araújo Almeida, Guilherme Muraro Derrite, José Nelson, Deputados Federais; o Exmo. Sr. Alte Esq Ilques Barbosa Junior, Comandante da Marinha; o Exmo. Sr. Gen Ex Edson Leal Pujol, Comandante do Exército Brasileiro; o Exmo. Sr. Ten Brig Ar Carlos Augusto Amaral Oliveira, neste ato representando o Comandante da Aeronáutica; o Exmo. Sr. Ten Brig Ar Raul Botelho, Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas; o Excelentíssimo Reverendíssimo Senhor Dom Fernando José Monteiro Guimarães, Arcebispo Ordinário Militar do Brasil; o Exmo. Sr. Dr. Lúcio Mariz Maia, Vice-Procurador-Geral da República; a Exma. Sra. Dra. Karoline Busatto, Subprocuradora-Geral da União, neste ato representando o Procurador-Geral

(Continuação da Ata da 1ª Sessão Solene, em 19 de março de 2019)

da União; o Exmo. Sr. Dr. Arnon Velmovitsky, neste ato representando o Presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros; o Exmo. Sr. Desembargador Dr. Baltazar Miranda Saraiva, neste ato representando o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia; o Exmo. Sr. Desembargador Federal Dr. Kassio Nunes Marques, neste ato representando o Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região; o Exmo. Sr. Desembargador Federal Dr. André Ricardo Cruz Fontes, Presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região; o Exmo. Sr. Desembargador Federal Dr. Paulo Machado Cordeiro, neste ato representando o Presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região; o Exmo. Sr. Dr. Guilherme Guimarães Feliciano, Presidente da ANAMATRA; o Exmo. Sr. Dr. Paulo Adib Casseb, neste ato representando o Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros; o Exmo. Sr. Dr. Juiz Federal Newton Pereira Ramos Neto, Vice-Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil, neste ato representando o Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil; o Exmo. Sr. Ministro Carlos Fernando Mathias de Souza, Vice-Presidente do Instituto dos Magistrados Brasileiros, neste ato representando o Presidente da nominada Instituição; o Exmo. Sr. Dr. Carlos Augusto de Moraes Rego, Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça Militar da União; o Exmo. Sr. Dr. Antonio Pereira Duarte, Presidente da Associação do Ministério Público Militar; o Exmo. Sr. Dr. Paulo Prazak, Presidente do Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo; o Exmo. Sr. Dr. Juiz Fabio Duarte Fernandes, neste ato representando o Presidente do Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul; o Exmo. Sr. Desembargador Dr. José Cruz Macedo, Corregedor da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios; a Exma. Sra. Dra. Telma Angélica Figueiredo, Juíza Corregedora Auxiliar da Justiça Militar da União; o Exmo. Sr. Dr. João Hermeto de Oliveira Neto, Deputado Distrital; o Exmo. Sr. Gen Ex Juarez Aparecido de Paula Cunha, Presidente da Empresa Brasileira de Correios; o Exmo. Sr. Coronel Francisco Ronald Rocha Fernandes, neste ato representando o Diretor-Geral da Itaipu Binacional; demais autoridades civis, militares e eclesiásticas; familiares dos Ministros empossados; servidores deste e de outros Tribunais, senhoras e senhores.

Em seguida, o Ministro Presidente, Dr. JOSÉ COÊLHO FERREIRA, proferiu seu discurso de despedida, manifestando-se nos seguintes termos:

Excelentíssimo Senhor Presidente da República em exercício, General de Exército Antônio Hamilton Martins Mourão. Apraz-me, ainda como presidente desta Corte, saudar Vossa Excelência e expressar, nestas minhas palavras iniciais, a honra que vossa presença traz à Casa Superior da Justiça Militar da União, a Corte mais antiga do País.

Muito obrigado, Senhor Presidente!

Minhas Senhoras, Meus Senhores,

“Estamos sempre partindo. Estamos sempre dizendo adeus...” - Richard Bach.

Dia e momento de despedida!

Releva-me oportuno, inicialmente, fazer um breve resumo de algumas das realizações de destaque da administração deste Tribunal, que ora passa o bastão de comando, cujo objetivo maior foi a Transparência, Modernização e Transformação da Gestão!

Começo pelo campo das relações institucionais, área em que ampliamos nossa interação e cooperação mútuas com os órgãos dos Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo, a quem agradeço as imprescindíveis parcerias e cooperações. Relevo, em especial, aqueles a quem mais nos relacionamos e nos apoiamos mutuamente: a Presidência da República, o Supremo Tribunal Federal, o Congresso Nacional, o Conselho Nacional de Justiça, os Tribunais Superiores, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, o Tribunal de Justiça de Tocantins, o Ministério Público Militar, a Defensoria Pública da União, o Ministério da Justiça, o Ministério da Defesa e seus Comandos de

Forças, a Polícia e o Corpo de Bombeiros Militares do Distrito Federal, entre outras instituições.

Neste campo de atuação, posso mencionar uma conquista de grande alcance, mesmo histórico, para a Justiça Militar da União (JMU), que é a modernização da Lei de Organização da Justiça Militar da União (LOJM), sancionada pelo Presidente da República, por meio da Lei nº 13.774, de 19 de dezembro de 2018. A maior transformação modernizadora porque passou a organização da JMU, em décadas, em especial a sua 1ª instância. Não posso deixar de citar, ainda, a Lei nº 13.491/2017, que alterou o Código Penal Militar, e ampliou a competência deste ramo de Justiça.

Nossa intensa participação, no Congresso Nacional, informando e esclarecendo, buscando agilizar a tramitação dos projetos de lei, junto aos deputados e senadores, foi fundamental. A reformulação posta em prática, pela gestão, na estratégia e na forma de atuação de nossa Assessoria de Assuntos Parlamentares (ASPAR) muito contribuiu para estes resultados, há de se mencionar.

No âmbito da valorização da 1ª instância, vale aludir, além de investimentos em materiais, equipamentos e obras e a obtenção de uma nova e moderna sede para a nossa 3ª Auditoria da 3ª CJM, em Santa Maria - Rio Grande do Sul, o desenvolvimento, junto às auditorias da Justiça Militar da União, do inédito Programa de Valorização dos Servidores, com grande sucesso, que, além de decorrer em medidas que permitam maior celeridade e eficácia na prestação jurisdicional, fomenta a melhoria do clima organizacional.

Investimos na modernização tecnológica de diversos sistemas digitais, atualizando alguns e implantando novas ferramentas. Vale citar a transmissão ao vivo, via TV internet, das sessões de julgamentos, a ampliação do emprego da videoconferência para reuniões e conferências, para o ensino à distância - que foi priorizado -, para audiências e até para a sustentação oral em julgamentos.

Um marco transformador foi a implantação, em todo o Brasil, em um tempo recorde, do sistema de processo judicial por meio eletrônico e-Proc/JMU, oriundo do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, o TRF-4, em uma parceria que permitiu a cessão sem custos do sistema. O e-Proc original recebeu, por equipe do próprio STM, as necessárias customizações e parametrizações para adaptá-lo à realidade do rito processual penal militar.

O e-Proc/JMU é um ícone significativo da mudança de paradigmas por que passa a nossa Justiça Militar da União e tem se mostrado como o sistema de processo judicial por meio eletrônico mais estável, amigável, eficiente, eficaz e confiável do Judiciário Brasileiro. O único que integralmente opera e com sucesso efetivo no âmbito da Justiça Penal.

Outro projeto estratégico de grande alcance é o de Gestão de Processos, realizado por meio de profícua parceria com a Universidade de Brasília - UNB. Decorrente dele criamos, na Assessoria de Gestão Estratégica, o Escritório de Processos Organizacionais, além da efetivação, tempestivamente, de diversas ações, visando à otimização de nossos processos e rotinas de trabalho. Para o projeto estar plenamente concluso, algumas iniciativas significativas dependerão apenas de decisões futuras do Plenário da Corte.

Outro campo em que avançamos extraordinariamente foi quanto aos arquivos históricos e em outras iniciativas afins na área da gestão do conhecimento e da transparência. Vale relevar que, em seus 210 anos de existência, completados em 2018, a Justiça Militar da União esteve presente em praticamente quase todos os episódios de nossa história, em especial nos momentos de crises políticas e militares, insurgências e guerras, desde o Império até os dias atuais. A preservação de nossa riquíssima memória, aliás, uma memória única, extremamente valiosa da história do Brasil, contou

com um esforço grande de restauração, digitalização e indexação desses processos. O acesso, para historiadores, pesquisadores, estudantes e para o cidadão em geral, aos processos históricos ficou facilitado, ainda mais, pelo desenvolvimento e operacionalização da plataforma digital Arquimedes.

Outro projeto concluído e digno de referência, na área da gestão do conhecimento, é a plataforma Integra, que provê a chamada “transparência ativa” para a sociedade, disponibilizando o acesso a todos os documentos produzidos na JMU.

Sobre o projeto de restauração e digitalização dos processos históricos, é importante salientar o emprego nele de pessoal portador de necessidades especiais, um marco em termos de responsabilidade social de nossa JMU. Neste mesmo contexto, vale mencionar, que com a firme intenção de promover a cidadania, facilitando a acessibilidade de portadores de necessidades especiais aos conteúdos de nosso portal de internet, implantamos a ferramenta Rybená, que permite aos surdos e mudos a eles acessarem. Cito, ainda, investimentos em facilidades de acesso para portadores de necessidades especiais às instalações prediais. Aliás, ressalto, esta sessão solene está sendo traduzida em libras, inclusive na transmissão em TV.

No plano geral do emprego dos recursos orçamentários, dinheiro do povo brasileiro colocado à disposição da JMU para sustentar sua missão institucional, foi posta em prática uma política de racionalidade e razoabilidade na execução do orçamento, com resultados significativos. Vale mencionar, **exempli gratia**, o caso das diárias e passagens aéreas, área em que foi implantada uma inexorável política de racionalização de despesas, com critérios mais objetivos e transparentes, observando a legislação e a efetiva necessidade do serviço como fundamentos orientadores. Como resultado, mesmo tendo havido a necessidade de muitos deslocamentos de equipes técnicas por todo o País, dentro do projeto de implantação do sistema e-Proc/JMU, tivemos uma economia de cerca de 25%, entre os exercícios de 2017 e 2018, com diárias, e, quanto às passagens aéreas, redução de aproximadamente 19%. Neste caso, se levarmos em conta o considerável aumento no preço das passagens aéreas, esta economia para os cofres da União foi ainda bem mais expressiva!

Com foco, ainda, na racionalização e na eficiência, foi implantado o sistema Taxi-STM, pelo qual o transporte de servidores é feito mediante agenciamento de táxis. Em apenas dois meses, este Tribunal reduziu, somente com o contrato de terceirizados, cerca de 70%, mensal, sem contar com a economia havida por conta da manutenção de veículos próprios e com combustíveis.

Houve ainda redução de gastos em outras áreas, como material de consumo, energia e combustíveis.

Nesta administração foi implantado em toda a JMU o sistema de teletrabalho, beneficiando diversos servidores; ampliado o quadro de colaboradores, tanto no nível de analistas como de técnicos judiciários, por meio de concurso público; foi elaborada a Política de Gestão de Riscos para a JMU; restaurada parte de nosso acervo cultural, como foi o caso dos valiosos painéis de Athos Bulcão; e empreendida a execução de um detalhado plano de obras que, planejadamente, assegurasse a revitalização e a manutenção de nossas instalações prediais.

Como disse, este foi apenas um breve resumo, uma vez que foram muitos os projetos, programas e iniciativas executados, com resultados, neste curto período de dois anos, além de outros que estão ainda em fase de continuidade.

Atribuo à colaboração de meus colegas Ministros, dos devotados Juízes de nossa 1ª instância e dos servidores pelo sucesso que, juntos, conquistamos. Assim, neste momento, passo a render um preito de gratidão a todos que comigo caminharam nesta estrada que, hoje, ao olhar para trás, não posso deixar de ter o sentimento do dever cumprido.

Tempos de despedida, momento de agradecer!

Inicialmente, prostro-me em oração agradecendo ao Bom Deus que nunca me faltou, com sua divina graça, em guiar meus passos.

À minha querida família, aqui representada por minha companheira de mais de quarenta anos de casamento feliz, amiga e conselheira de todas as horas e de muitas jornadas, com quem muitas vezes, na solidão da tomada de difíceis decisões, busquei seu amoroso apoio e suporte familiar. Sou-lhe muito grato minha amada Genoveva!

Aos ministros e aos magistrados da 1ª instância, que antes já mencionei, agradeço a colaboração e compreensão, em especial quando decisões difíceis tive que tomar em prol do bem do serviço e de nossa instituição.

Dedico-me a fazer uma referência especial àqueles que ombreamos juntos comigo no dia a dia, nesses dois profícuos anos, sem hora nem dia.

Inicialmente, ao meu Vice-Presidente, Ministro General de Exército Lúcio Mário de Barros Góes, grande companheiro, exímio, leal e experiente profissional, que teve uma participação admirável, ativa e sempre presente, desde os primeiros minutos desta gestão. Expresso a Vossa Excelência o meu reconhecimento e mais profundo agradecimento. Estes dois anos serviram para admirá-lo mais e reforçar elos de uma grande amizade!

Outro assessor próximo e que muito colaborou com esta administração veio da 1ª instância. Refiro-me ao Juiz-Auxiliar da Presidência, o Juiz Federal da Justiça Militar Frederico Magno Veras, que, incansável, com dedicação e competência liderou a implantação do sistema e-Proc/JMU em toda a Justiça Militar da União, além de assessorar-me eventualmente em diversos temas da área jurídica e junto ao Conselho Nacional de Justiça. Sou-lhe muito grato por sua imprescindível colaboração. Não posso, nesta oportunidade, deixar de distinguir também meu reconhecimento e agradecimentos aos dedicados e competentes servidores componentes da equipe de implantação do e-Proc/JMU. Parabéns pelo belo e eficaz trabalho!

Ressalto minha gratidão ao Diretor-Geral, Dr. Eder Soares de Oliveira, e ao meu Chefe de Gabinete, Almirante José Aloysio de Melo Pinto, meus colaboradores mais próximos, cujas lideranças, lhanza no trato, lealdade, experiências e competências profissionais, e dedicação, posso até dizer diuturna, foram verdadeiros baluartes na direção de seus respectivos setores, bem como no planejamento, coordenação e controle de diversas atividades e no meu assessoramento direto.

Expresso, também, meus agradecimentos aos competentes titulares e componentes das minhas assessorias jurídicas e às demais assessorias, coordenadoras, secretarias e núcleos da Presidência, pelo essencial, eficiente e dedicado serviço que prestaram. Deixo de nominá-los para não me estender além do devido nessas minhas palavras, que já vão longas.

Da mesma forma, externo e agradeço aos assessores e diretores da Secretaria do Tribunal e a todos os seus dedicados integrantes, pelo eficiente trabalho realizado pelas assessorias e diretorias da Diretoria-Geral, que, primordialmente, produziu excelentes resultados. Parabéns!

Menciono e agradeço ao excelente trabalho executado pelos disciplinados e competentes militares cedidos pelas Forças Armadas e pelas corporações militares estaduais a nossa Justiça Militar da União. Uma força de trabalho que prima pela dedicação e eficácia. Não poderia ser diferente, uma vez sabemos que a Marinha, o Exército e a Aeronáutica, Polícias Militares e Corpos de Bombeiros selecionam militares de escol para aqui trabalharem.

(Continuação da Ata da 1ª Sessão Solene, em 19 de março de 2019)

Concluo estes meus reconhecidos agradecimentos para dirigir-me aos servidores em geral de nossa Justiça Militar da União.

Muito realizamos juntos!

Em meu discurso de posse, manifestei minha prioridade na valorização dos servidores de carreira e, assim, direcionei a política de pessoal desta gestão. Hoje, ao chegarmos ao crepúsculo dela, volto minha atenção às senhoras e senhores para não apenas agradecer o desempenho e trabalho realizado, mas também para saudá-los por terem mostrado, ao longo desses dois anos, o seu valor! Não me arrependi de minhas decisões neste sentido, pelo contrário, tenho orgulho de tê-las tomado e da resposta que as senhoras e senhores deram ao assumir responsabilidades maiores nesta administração. Dedico o sucesso que obtivemos às senhoras e senhores servidores. As falhas porventura havidas assumo como minhas. Parabéns e sejam felizes!

Finalizando, externo a meu sucessor na Presidência, Ministro Almirante de Esquadra MARCUS VINICIUS OLIVEIRA DOS SANTOS, e ao seu Vice-Presidente, Ministro Doutor JOSÉ BARROSO FILHO, meus efusivos votos de muito sucesso, realizações e felicidades à frente do Superior Tribunal Militar. Tenho a certeza de que o conhecimento e a grande experiência profissional de Vossas Excelências, aliados aos valores e atributos pessoais de que são possuidores, os levarão a voos favoráveis, bons rumos, mares e ventos!

Minhas Senhoras, meus Senhores.

Concluo minhas palavras, citando Santo Agostinho:

“Mesmo que já tenhas feito uma longa caminhada, sempre haverá mais um caminho a percorrer.”

Muito obrigado!

O Ministro Presidente concedeu a palavra ao Diretor-Geral da Secretaria do Superior Tribunal Militar, em exercício, Dr. Afonso Ivan Machado, que procedeu à leitura do Termo de Posse do Exmo. Sr. Ministro Alte Esq MARCUS VINICIUS OLIVEIRA DOS SANTOS.

Após a assinatura do Termo de Posse pelo Presidente, o Exmo. Sr. Ministro Alte Esq foi declarado empossado no cargo de Presidente do Superior Tribunal Militar pelo Exmo. Sr. Ministro Dr. JOSÉ COÊLHO FERREIRA, que o convidou a ocupar seu lugar à Mesa da Presidência, passando a presidir os trabalhos.

Em seguida o Ministro Presidente concedeu a palavra ao Diretor-Geral da Secretaria do Superior Tribunal Militar, em exercício, que procedeu à leitura do Termo de Posse do Exmo. Sr. Ministro Dr. JOSÉ BARROSO FILHO.

Após a assinatura do Termo de Posse pelo Ministro Presidente e pelo Exmo. Sr. Ministro Dr. JOSÉ BARROSO FILHO, foi declarado empossado no cargo de Vice-Presidente do Superior Tribunal Militar pelo Exmo. Sr. Ministro Presidente Alte Esq MARCUS VINICIUS OLIVEIRA DOS SANTOS.

Dando seguimento à solenidade, o Exmo. Sr. Ministro Presidente concedeu a palavra ao Exmo. Sr. Ministro Alte Esq ALVARO LUIZ PINTO, para falar em nome do Superior Tribunal Militar, que proferiu o seguinte discurso:

Sua Excelência o Senhor Presidente do Superior Tribunal Militar, Ministro Alte Esq MARCUS VINICIUS OLIVEIRA DOS SANTOS;

Sua Excelência o Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, em exercício, Gen Ex Antônio Hamilton Martins Mourão;

(Continuação da Ata da 1ª Sessão Solene, em 19 de março de 2019)

Sua Excelência o Senhor Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro João Otávio de Noronha;

Sua Excelência a Senhora Procuradora-Geral da República, Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge;

Sua Excelência o Senhor Procurador-Geral da Justiça Militar, Dr. Jaime de Cássio Miranda;

Ministros do Superior Tribunal Militar de hoje e de sempre;

Demais autoridades presentes;

Senhoras e senhores.

A exemplo do que se repete a cada biênio, engalanam-se os membros desta Egrégia Corte para, em mais uma sessão solene, empossar os ministros Alte Esq MARCUS VINICIUS OLIVEIRA DOS SANTOS e Dr. JOSÉ BARROSO FILHO nos cargos de presidente e vice-presidente do STM, respectivamente.

Nesse contexto, coube a mim, no dia de hoje, o privilégio de saudar, em nome do Plenário da Corte Militar do Brasil, o eminente ministro Alte Esq VINICIUS, um amigo de longa data nas lides navais. Não se trata de um dever, uma tarefa, mas sim de uma enorme alegria, uma vez que a mim foi dada a oportunidade de lhe desejar boa sorte na nobre missão que ora lhe foi confiada. No linguajar naval, desejo-lhe, desde já, bons ventos e mares tranquilos.

Paulistano nascido no dia 11 de fevereiro de 1947, é casado com a senhora TÂNIA MARIA DE ALBUQUERQUE SANTOS, com quem tem três filhos: GUILHERME, SABRINA e MAURÍCIO.

A sua longa carreira naval iniciou-se em 1963, aos dezesseis anos de vida, e transcorreu de maneira irrepreensível. Prova disso foi ter alçado o mais alto posto da nossa querida Marinha, qual seja: o de Almirante de Esquadra, em 31 de julho de 2007.

Oficial de extrema dedicação e competência, sempre exerceu funções relevantes na MB, das quais destaco as de Comandante do 4º Distrito Naval, Comandante-em-Chefe da Esquadra, Diretor-Geral do Material da Marinha, Comandante de Operações Navais e Diretor-Geral de Navegação, e, por fim, a de Chefe do Estado-Maior da Armada.

Foi nomeado Ministro do STM em 12 de novembro de 2010, tomando posse em 9 de dezembro do mesmo ano, sendo o 71º oficial a envergar o uniforme da Marinha do Brasil nesta Corte.

Essa breve síntese, por si só, já demonstra as qualidades profissionais e éticas que o norteiam, que o tornam apto a presidir a nossa Corte Castrense, fato que se realiza hoje, depois de mais de oito anos de cumprimento da função judicante com elevada distinção, dignidade e isenção. Por isso mesmo a sua escolha se deu por votação unânime para que possa dirigir essa instituição bicentenária pelo período de 2019 a 2021.

Apesar de o cenário se mostrar desafiador, todos têm certeza da sua capacidade administrativa e pessoal. Sabemos que V. Exa., juntamente com o Min. Dr. JOSÉ BARROSO FILHO, seu Vice-Presidente, saberá se sobrepor a todo e qualquer obstáculo que possa vir a surgir no decorrer da sua gestão.

E, como se sabe, as batalhas sempre serão muitas. Por exemplo, a Lei nº 13.491/2017 aumentou a competência da JMU e, assim, adicionou complexidade aos julgamentos a serem realizados por esta Justiça Especializada, fato que impõe àquele que ocupar o cargo de Presidente da Corte, esforços para trilhar o melhor caminho, traçar a melhor derrota, o melhor curso possível para o nosso Tribunal. O próprio

(Continuação da Ata da 1ª Sessão Solene, em 19 de março de 2019)

momento político e orçamentário que vive o País requer de todos um bom governo e uma administração voltada para os desafios que naturalmente se apresentarão.

Ao ser merecedor da confiança dos seus pares, V. Exa. é investido hoje na presidência do STM com a certeza de que todos os que fazem parte deste Plenário se unirão em torno de um objetivo comum: o de melhor para auxiliá-lo durante todo esse período.

Receba, pois, os cumprimentos dos seus familiares e amigos, e de todos os presentes que abrilhantam esta cerimônia. Que Deus o ilumine no exercício do distinguido cargo de Presidente da Corte e que V. Exa. continue a fazer prevalecer a razão sobre a emoção, não permitindo que interesses subalternos subjuguem a justiça, pois esta sempre prevalecerá.

A experiência acumulada por V. Exa. ao longo da sua brilhante carreira certamente será o farol que norteará os seus caminhos e as decisões que precisam ser tomadas. Que a grandeza do Superior Tribunal Militar encontre no Presidente da Corte o seu maior defensor.

Receba, ainda, e acima de tudo, o respeito e a consideração de todos os seus pares, que nessa ocasião tive a honra de representar.

Seja feliz e conte com o nosso incondicional apoio.

Muito obrigado.

Na sequência, o Exmo. Sr. Ministro Presidente do Superior Tribunal Militar, Alte Esq. MARCUS VINICIUS OLIVEIRA DOS SANTOS agradeceu as palavras de homenagem e proferiu o seguinte discurso:

Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, em exercício, Gen Ex Antônio Hamilton Martins Mourão;

Excelentíssimo Senhor Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro João Otávio de Noronha;

Excelentíssima Senhora Procuradora-Geral da República, Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge,

Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça Militar, Dr. Jaime de Cássio Miranda;

Excelentíssimo Senhores Ministros do Superior Tribunal Militar, de hoje e de sempre;

Demais autoridades presentes e já nominadas;

Senhoras e senhores.

Na ocasião em que, orgulhosamente, tomo posse como Presidente dessa Egrégia Corte, não posso me furtar de relembrar duas datas marcantes da minha vida profissional. A primeira, há exatamente 56 anos, quando cruzava os portões do Colégio Naval, em Angra dos Reis, para iniciar a carreira de Oficial de Marinha, carreira que passaria a trilhar até o posto de Almirante de Esquadra e na qual me realizei como homem, como militar, e onde aprendi a desenvolver os nobres valores cívicos tão caros às nossas Forças Armadas. A segunda, há cerca de oito anos, quando, com grande satisfação e honra, sentei-me pela primeira vez no Plenário desta Corte para assumir o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar e iniciar, com o apoio dos colegas, de toga

e de farda, um novo e gratificante desafio. Me refiro ao nobre desafio de saber julgar e, com o farol permanente da lei, tentar aplicar com sabedoria a tão necessária justiça.

Foram dois momentos especiais e que, pela importância que tiveram na minha vida, e porque juntos me conduziram até este evento, forçosamente me obrigam, nesta hora, a registrar alguns agradecimentos especiais àqueles que, ao longo do tempo, me ajudaram a atingir essas duas metas, e tornaram realidade um simples sonho. Inicialmente, àquele que tudo torna possível e que, com certeza, olhando-me lá de cima com bondade permitiu chegarmos até hoje. Agradecimentos também aos meus pais, Anete e Kleber, que tanto se esforçaram para ensinar-me os bons caminhos e que me ofereceram uma educação que julgaram necessária. Mais uma vez, os considero sentados ali na primeira fila e peço receberem a minha retribuição por tudo que recebi e por tudo que sou.

Um outro particular e muito, muito especial agradecimento à minha família, que sempre esteve ao meu lado e sempre me apoiou nesta longa trajetória. Começo pela minha querida Tania, companheira de 49 anos de casamento e 54 de convivência que, além de completar-me e oferecer o seu amor, dedicação e carinho, deu-me três filhos; Guilherme, Sabrina e Mauricio, todos aqui presentes, e a alegria dos netos Daniel e Gabriela, hoje, com certeza, comportadamente sentados neste Plenário.

Assumo hoje a 62ª Presidência desta Corte ciente da enorme responsabilidade do cargo e cômico da importância e imprescindibilidade da Justiça Militar para a própria existência das Forças Armadas. Os oito anos aqui vividos me permitem afirmar, às senhoras e senhores, que essa Justiça é, sem dúvida, responsável por uma parcela bastante significativa da credibilidade e admiração que as nossas Forças Armadas ostentam junto à nossa população. E isto, porque é essa Justiça Militar, que no próximo dia 1º de abril completará 211 anos de existência que, através deste STM e das suas 19 Auditorias espalhadas pelo Brasil, vem atuando com rigor e justiça para, em apoio às nossas Forças Armadas, manter os dois pilares básicos da caserna: hierarquia e disciplina. E como esse árduo trabalho vem de muita longa data, faço aqui um registro todo especial aos magistrados e servidores que nos antecederam. Os magistrados de ontem e de sempre, alguns aqui presentes, e os competentes e dedicados servidores que souberam construir a Justiça Militar de hoje: moderna, célere, independente, imparcial, eficiente e absolutamente transparente. Por isso mesmo, entendo que o norte da minha gestão deverá estar voltado para dar continuidade às boas práticas adotadas pelos meus antecessores que trouxeram a nossa Justiça Militar da União ao patamar dos dias atuais.

Ainda dentro da temática da atuação da nossa Justiça Militar gostaria de acentuar, de uma forma bem enfática, que equivocam-se primariamente aqueles que, em análises apressadas e superficiais, insistem em avaliar a eficiência dessa Justiça através de frias estatísticas do número de processos julgados.

À esses analistas gostaria de lembrar que, felizmente, para todos nós, o número dos nossos processos é bem inferior em relação à outras Justíças. E digo, felizmente, porque se assim não fosse, e se aqui tivéssemos um número absurdo de crimes militares, não estaríamos certamente a julgar membros de Forças Armadas e sim de bandos armados. Ou quem sabe ainda, de quadrilhas armadas.

Portanto, parece-me claro que a pertinência e a eficácia da Justiça Militar devem ser avaliadas sim pela contribuição que, com certeza, oferecem à ação de comando das três Forças singulares na manutenção do nível de disciplina dos efetivos militares. Nível esse para o qual, como já destacado, contribuímos significativamente.

Numa cerimônia que se repete a cada dois anos, assumo a Presidência desta bicentenária Instituição, o Tribunal mais antigo do país, uma Corte que já abrigou, como membros, sentados neste Plenário, brasileiros da linhagem do Almirante Joaquim

Marques Lisboa, o Marquês de Tamandaré, Patrono da Marinha, do Marechal de Exército Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, Patrono do Exército, o Marechal Floriano Vieira Peixoto e o Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, isto para citar apenas alguns dos seus vultos ilustres, o que amplifica em muito o meu orgulho pessoal, e a minha responsabilidade pelo desafio dos próximos dois anos.

Estaremos em nova singradura e nela não poderemos estar sós. Por isso, espero contar com a presença e o apoio dos nossos quatro Tribunais Superiores e do Tribunal de Contas da União, do Conselho Nacional de Justiça, dos colegas Ministros desta Casa, que, numa manifestação de amizade e apreço escolheram o meu nome para a Presidência da Corte, dos Juízes Federais da Justiça Militar da União e dos servidores dessa Justiça especializada, do Ministério Público Militar, da Defensoria Pública da União, da Advocacia-Geral da União, da Ordem dos Advogados do Brasil, dos Tribunais de Justiças Militares dos Estados do Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais e de todos aqueles que labutam como operadores do Direito nesta Justiça especializada. Início os trabalhos com serenidade, por contar ao meu lado com a experiência e o conhecimento profissional do prezado amigo Ministro Dr. JOSÉ BARROSO FILHO, que assume a Vice-Presidência, e que será sempre um ponto de consulta e de apoio para as minhas decisões. Será um privilégio tê-lo ao meu lado, Ministro Barroso, e a sua companhia me oferece a tranquilidade necessária para o exercício de tão significativo cargo.

Este Tribunal tem uma história bicentenária magnífica atuando sempre de forma imparcial e com total independência. Este é um legado do qual não poderemos nos afastar um instante sequer. Tenham todos a certeza de que eu, o Ministro Barroso, meu Vice-Presidente e os magistrados e servidores da Justiça Militar temos bem a noção daquilo que precisamos fazer para mantermos firme o timão e continuarmos a navegar em rumos seguros.

A nossa Justiça Militar vive hoje dias especiais. Estamos completando a modernização dos nossos processos judiciais eletrônicos, com sistemas atuais e ferramentas de tecnologia da informação que, além de permitirem o acesso fácil por parte dos jurisdicionados e operadores, contribuem para obtermos a tão desejada celeridade processual, que é uma obrigação que a Justiça tem que ter para com o cidadão.

Por outro lado, enche-nos de orgulho e satisfação a constatação da assiduidade e a eficiência com que os modernos julgamentos por videoconferência se multiplicam, cada vez mais, seja nas nossas Auditorias, seja no Plenário do nosso próprio STM.

Atingimos, fora de qualquer dúvida, um excelente nível mas, agora, teremos que ter a persistência para que os índices alcançados sejam mantidos. Para isto, conto novamente com todos que trabalham nesta Egrégia Corte, na nossa Corregedoria e nas nossas Auditorias. Reafirmo que as sugestões de aperfeiçoamento serão sempre muito bem vindas.

Por outro lado, vivenciamos também à adaptação de leis recentes que alteraram não só a estrutura da Justiça Militar da União mas, até mesmo, a sua competência. São leis que modernizaram e enriqueceram essa Justiça especializada e que nos obrigam a ações rápidas e eficazes para darmos a resposta que a sociedade de nós espera.

Destaco também, de uma forma muito especial, as imprescindíveis participações na vida diária dessa Justiça Militar, dos membros do Ministério Público Militar e dos combativos membros da Defensoria Pública da União de Categoria Especial que atuam nesse Plenário, ambos atuam em cumprimento de suas atribuições constitucionais e suas contribuições são a garantia da ordem jurídica e de uma verdadeira justiça nesta Corte.

(Continuação da Ata da 1ª Sessão Solene, em 19 de março de 2019)

Olhando para o futuro e buscando sempre o aperfeiçoamento da nossa JMU consigo identificar alguns Projetos de Lei que já foram disponibilizados para o debate e que, desde já, nos colocamos à disposição para a troca de ideias e a busca do diálogo construtivo.

Os dois primeiros são os Projetos de Lei 9.432 e 9.436, ambos de 2017. São dois Projetos analisados na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e que visam alterar dispositivos do Código Penal Militar (CPM) e do Código de Processo Penal Militar (CPPM) para torná-los mais modernos e compatíveis com o Brasil contemporâneo. Esses dois códigos, que são a base da Justiça Militar, datam de 1969, e a nosso sentir, é chegada a hora de inadiáveis atualizações.

O terceiro é a proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 2014, em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, e que propõe alterar a composição do Conselho Nacional de Justiça, permitindo que esse Tribunal Superior ali possa estar presente pelo assento permanente de um representante. É nossa avaliação, ser de toda justiça e de toda modernidade, que essa representação possa ser efetivada.

Como disse, estaremos sempre abertos à discussão de tão importantes temas, com todos os envolvidos e com a sociedade em geral, para encontrarmos os melhores caminhos para a Justiça Militar da União.

Faço agora um parêntese para me dirigir aos Juízes Federais da Justiça Militar da União e aos servidores de nossa Justiça Militar, em todo o Brasil, para registrar a minha admiração e respeito, construídos ao longo desses oito anos de convivência, destacando também a minha predisposição em ouvir sempre, esperando colaborar para com os seus justos e oportunos anseios. Contem comigo.

Minhas senhoras e meus senhores;

Não devo me estender muito mais, e cansá-los além do devido. Peço, portanto, permissão para mais alguns agradecimentos finais que se fazem necessários.

Inicialmente, e mais uma vez, enfaticamente, aos Ministros desta Casa que, com a sua confiança e com o seu voto, me conduziram a esta Presidência. Como já disse anteriormente, estaremos juntos nessa nova travessia e conto com todos os senhores para me auxiliarem em todos os momentos.

Ao Excelentíssimo Senhor Ministro JOSÉ COELHO FERREIRA pela maneira fidalga e competente com que me transmitiu o cargo. Ao mesmo tempo em que presto os meus sinceros agradecimentos, peço aceitar os meus cumprimentos pela sua Presidência nesta Corte.

Ao meu prezado amigo, Ministro Almirante de Esquadra ALVARO LUIZ PINTO pelas significativas e bondosas palavras expressas em sua saudação em nome da Corte. Ministro Alvaro, certamente elas são frutos da nossa amizade forjada ao longo de tantos anos, seja em terra, seja no mar e nas diversas oportunidades em que tive a felicidade de receber um comando das mãos de Vossa Excelência. Esteja certo de que elas me servirão, sem dúvida, de estímulo para o desempenho da nova e instigante função neste Tribunal.

Aos componentes da Turma Almirante Cox, a minha querida turma da Escola Naval, o meu muito obrigado pelo apoio e pelo constante incentivo. A presença de vários colegas e suas senhoras neste Plenário é a confirmação daquela amizade duradoura e da eterna camaradagem que conseguimos construir ao longo das nossas vidas.

À todas as senhoras e senhores, amigos e parentes, alguns que se deslocaram de diversos pontos do nosso território, o meu muito carinhoso agradecimento. Suas presenças são a garantia de que a torcida pelo nosso sucesso é grande e servem como

(Continuação da Ata da 1ª Sessão Solene, em 19 de março de 2019)

um especial incentivo na busca de realizarmos o melhor pela nossa Justiça Militar da União.

Finalmente, rejuvenescido pelo novo desafio, ao iniciar esta nova fase da minha vida, mais uma vez peço ao bom Deus que me ilumine e que Nossa Senhora de Nazaré nos abençoe. Muito, muito obrigado a todos.

Antes de encerrar esta Sessão Solene, gostaria de agradecer mais uma vez as honrosas presenças de todos os que aqui compareceram, os Ministros do Superior Tribunal Militar, de hoje e de sempre, os Ministros dos Tribunais Superiores, os magistrados, os Ministros de Estado, os Parlamentares, os Comandantes das Forças singulares, o Governador do Estado do Rio de Janeiro, integrantes do Ministério Público, Defensores Públicos, Oficiais-Generais, Autoridades Eclesiásticas, militares, advogados, comunidade jurídica, os nossos Juízes Federais da Justiça Militar da União, convidados, familiares e amigos dos Ministros empossados e os nossos queridos servidores da Justiça Militar da União. Na impossibilidade dos agradecimentos individuais eu os faço nas pessoas dos Excelentíssimos componentes desta mesa de honra; o Procurador-Geral de Justiça Militar Dr. Jaime de Cássio Miranda, a Excelentíssima Senhora Procuradora-Geral da República Raquel Elias Ferreira Dodge, o Excelentíssimo Senhor Presidente do Superior Tribunal de Justiça João Otávio de Noronha, e, em especial, na pessoa do Excelentíssimo Senhor Presidente da República em exercício, General de Exército Antônio Hamilton Martins Mourão, pela homenagem que Vossa Excelência presta a nossa Justiça Militar da União com a honrosa presença.

Muito obrigado a todos e declaro encerrada esta sessão.

O Ministro Presidente Alte Esq MARCUS VINICIUS OLIVEIRA DOS SANTOS agradeceu a presença das autoridades e demais convidados, dando por encerrada a Sessão, às 16h30.

SONJA CHRISTIAN WRIEDT
Secretária do Tribunal Pleno